

# Guerra aberta de São Paulo com a União

"A situação está dramática", revelou o quase sempre otimista Márcio Fortes. Referia-se ao agravamento da guerra declarada entre o estado de São Paulo e o governo federal em torno da questão do controle dos gastos públicos. São Paulo decidiu suspender os pagamentos que tinha de fazer como devedor a todos os seus credores: não paga às instituições oficiais, não paga a credores externos e, portanto, nada paga ao BNDES. "O que estamos fazendo é cobrar. Estamos cobrando e pronto. Vamos acabar recebendo ainda que seja devagar" disse Márcio Fortes. Ele argumenta que o estado paulista ofereceu garantias para receber os empréstimos e mesmo crivado de perguntas, não quis revelar o montante da dívida de São Paulo para com o banco, nem que garantias são essas que poderia executar, como sempre fazem os credores diante de devedores inadimplentes.

Simonsen acha que o fenômeno da briga de São Paulo com o governo federal é a ponta de uma situação muito mais generalizada de inadimplência: "o governo fez o caixa único pelo método mais confuso. Ou seja, as estatais não pagam umas às outras". São Paulo não paga ao BNDES. A Eletrobrás não paga a Petrobrás que, por sua vez, não recolhe recursos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento. Nessa leva de maus pagadores do setor público, o grande prejudicado é o BNDES, banco estatal de fomento que tem, entre empréstimos e participações acionárias, 63% do seu ativo no próprio setor público.

Adroaldo Moura da Silva acha que a verdadeira guerra entre São Paulo e o governo federal é uma prova de que está sendo feito realmente um controle dos gastos públicos. "Quero testemunhar que o controle é rígido e a aplicação da 1469 (a resolução que limitou o endividamento dos estados) é rígida", disse Márcio Fortes.

Adroaldo vê nesse fato um aspecto positivo. O governo teria fechado torneiras justamente na hora da definição do mandato do presidente. Ele achou "surpreendente" que o governo faça isto antes da eleição indireta que acabou de haver no país, que é como ele define a ampliação do mandato do presidente. "Eu não conheço nenhum momento da história que precedeu um processo eleitoral, seja direto seja indireto, em que se estivesse implantando uma política de austeridade", disse Adroaldo. Simonsen discorda desse otimismo. Ele acha que no momento em que os estados começam a não pagar suas dívidas, o que eles estão fazendo é se endividar e, portanto, na prática, estão descumprindo a resolução que determina que eles não endividem.